

**A Ciência e os caminhos do desenvolvimento**

**A formação de agendas para governança supralocal: o caso do consórcio intermunicipal de desenvolvimento do norte e noroeste fluminense (CIDENNF)**

*Larissa Gonçalves da Matta, Denise Cunha Tavares Terra*

O Brasil por possuir um sistema federativo de governo enfrenta inúmeros desafios relacionados à gestão governamental cooperada que limitam o avanço das políticas públicas, pois esse modelo gera aos governos municipais uma dependência de incentivos de ordem hierarquicamente superior e de processos intergovernamentais de decisão conjunta. Os consórcios públicos como um dos arranjos institucionais da descentralização administrativa constituem a expressão do exercício das autonomias dos entes federados e a alternativa para a resolução de questões de assunto comum. A constituição do consórcio CIDENNF como um meio de promoção ao desenvolvimento da região norte e noroeste fluminense tem sido a expressão máxima do discurso político, contudo as proposições fáticas imbuídas nessa agenda não estão claras, porquanto este estudo prima por investigar as particularidades do processo de sua criação, partindo da análise da inserção da ideia na agenda governamental, do papel dos agentes públicos nos arranjos institucionais e das articulações políticas que vêm viabilizando a sua construção. Em termos metodológicos a pesquisa constitui um estudo de caso, de abordagem qualitativa, realizada por meio de pesquisa bibliográfica (livros, teses, dissertações e artigos científicos), documental (leis, decretos, portarias, resoluções, estatutos, atas, projetos e jornais locais) e de campo, esta constituída através de entrevistas semiestruturadas com os agentes públicos. Contudo, a pesquisa encontra-se em andamento e não há dados suficientes que corroborem um resultado final, mas é possível inferir que a formação da agenda do CIDENNF partiu da iniciativa de Campos que, no processo de articulação, envolveu os demais municípios sob a égide de que o consórcio leva à promoção do desenvolvimento regional. Ainda que as ações e políticas adotadas na gestão do consórcio possam levar ao desenvolvimento, as análises iniciais apontam que o consórcio formado tem sido considerado como uma alternativa para captação de recursos pelos entes federados que incorrem em pendências junto ao governo federal e ficam impedidos de receberem transferências voluntárias, como é o caso de Campos.

Palavras-chave: Agenda Governamental, Políticas Públicas, Consórcio Intermunicipal.

Instituição de fomento: FAPERJ, UENF, CAPES